



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

A Administração da **Enerpeixe S.A.** ("Companhia" ou "Enerpeixe"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A evolução das operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, além da situação econômico-financeira da Companhia, poderão ser examinados através do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa, do Valor Adicionado e das Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes. Destacamos que a Enerpeixe no exercício de 2010 em conformidade com o estabelecido com o novo padrão contábil atendeu ao processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS").

Destacamos ainda que a Enerpeixe no ano de 2010 obteve sua Licença de Operação renovada por mais 6 anos, ou seja, um aumento de 50% em relação a Licença de Operação emitida anteriormente e com significativa redução de exigências nas suas condicionantes.

A Enerpeixe, consciente de sua responsabilidade sócio ambiental, durante o ano de 2010, deu continuidade aos projetos sociais das áreas de educação, esporte, assistência social, os quais contribuíram para o desenvolvimento pessoal, físico, social e cultural de crianças e adolescentes nas áreas de influência da usina e no aspecto ambiental apoiou iniciativas de estudos e conservação do patrimônio natural, dando grande relevância para o manejo dos recursos naturais dentro da sua área de atuação. Na contínua procura da excelência a Enerpeixe manteve a renovação das Certificações do seu processo de operação e manutenção a ISO NBR 14001 e na valorização do seu contingente de colaboradores a OSHAS 18001 - Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, com creditações

na UKAS (Europa), ANAB (Estados Unidos) e, INMETRO (Brasil). Como fato relevante em 2010 a Enerpeixe obteve a certificação da ISO 9001 - Gerenciamento, Operação e Manutenção com o escopo de que todos os processos sejam padronizados dentro dos requisitos de qualidade total, atingindo seu objetivo de ter um Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS.

A Administração da Enerpeixe registra aos seus acionistas e membros do Conselho de Administração um especial agradecimento pelo apoio e confiança. Aos colaboradores, funcionários e prestadores de serviços expressamos nosso reconhecimento por sua dedicação e empenho estendendo também nosso reconhecimento aos clientes, fornecedores, comunidade, poderes constituídos e demais parceiros por suas contribuições.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Ajustado
Ativo				
Circulante				
Caixas e equivalentes de caixa	4	70.294	44.026	42.745
Concessionárias	5	10.583	11.523	10.733
Impostos e contribuições sociais	6	38	35	16.250
Partes relacionadas	8	35.298	34.238	23.505
Cauções e depósitos vinculados	10	58.194	55.498	51.666
Despesas pagas antecipadamente		413	496	540
Outros créditos		3.299	2.055	5.935
		178.119	147.871	151.374
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	67.551	62.716	64.490
Cauções e depósitos vinculados	10		6	5
		67.551	62.722	64.495
Imobilizado	12	1.703.413	1.735.677	1.762.121
Intangível	13	131.610	134.342	139.197
		1.835.023	1.870.019	1.901.318
Total do ativo		2.080.693	2.080.612	2.117.187

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2010	31/12/2009 Ajustado	01/01/2009 Ajustado
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores	14	4.826	5.767	10.474
Encargos de dívidas	15	2.574	3.081	3.583
Impostos e contribuições sociais	6	16.838	13.115	22.327
Partes relacionadas	8	1.924	1.066	1
Dividendos	21	17.000	20.020	21.670
Empréstimos e financiamentos	15	113.854	113.854	113.717
Obrigações estimadas com pessoal	18	487	542	419
Encargos regulatórios e setoriais	16	9.672	9.572	9.721
Uso do bem público	17	16.070	13.284	13.371
Provisões	19	2.076		
Outras contas a pagar		48	61	32
		185.369	180.362	195.314
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Impostos e contribuições sociais diferidos	7	43.747	45.435	47.123
Empréstimos e financiamentos	15	464.902	578.756	691.779
Partes relacionadas	8	637	637	637
Uso do bem público	17	182.609	171.175	176.306
Provisões	19	880		
		692.775	796.003	915.845
Patrimônio líquido				
Capital social	20.1	882.628	882.628	882.628
Reservas de capital	20.3	18.546	18.546	18.546
Reservas de lucros	20.3	301.375	249.007	151.226
Prejuízos acumulados			(45.934)	(46.372)
		1.202.549	1.104.247	1.006.028
Total do passivo e patrimônio líquido		2.080.693	2.080.612	2.117.187

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2010	2009 Ajustado
Receita operacional líquida	22	329.570	326.278
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(5.112)	(7.858)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	23	(26.515)	(26.032)
		(31.627)	(33.890)
Custo de operação			
Pessoal		(1.614)	(3.340)
Materiais e serviços de terceiros		(10.855)	(12.332)
Depreciações e amortizações		(50.415)	(49.209)
Outros custos de operação		480	(223)
	23	(62.404)	(65.104)
Custo Total		(94.031)	(98.994)
Lucro operacional bruto		235.539	227.284
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(836)	
Despesas gerais e administrativas		(6.896)	(2.320)
Depreciações e amortizações		(237)	(45)
Outras despesas operacionais		(12.243)	(9.944)
		(20.212)	(12.309)
Resultado do serviço		215.327	214.975
Receitas financeiras		8.359	9.765
Despesas financeiras		(92.147)	(86.141)
Resultado financeiro	24	(83.788)	(76.376)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		131.539	138.599
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(44.237)	(39.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.522	(86)
(-) Imposto de renda - Incentivo ADA	20.3.2	24.478	21.995
Lucro líquido do exercício		118.302	121.464
Lucro básico por lote de mil ações - R\$		141,98	145,77

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009 Ajustado
Geração do valor adicionado	366.794	363.130
Receita operacional	366.794	363.130
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(51.096)	(52.216)
Custos da energia comprada	(5.112)	(7.858)
Encargos de uso da rede elétrica e encargos de serviços de sistema	(26.515)	(26.032)
Materiais	(526)	(501)
Serviços de terceiros	(13.046)	(12.216)
Outros custos operacionais		
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(3.296)	(3.263)
Seguros	(939)	(1.063)
Doações, contribuições e subvenções	(262)	(736)
Tarifas bancárias	(2)	(11)
Diárias com viagens e hotéis	(109)	(127)
Participação entidades de classe		(2)
Jornais, revistas, livros, etc.	(60)	(14)
Ações judiciais	(7.991)	(4.588)
(-) Diversos	6.747	4.194
(-) Recuperação de despesas	14	
Valor adicionado bruto	315.699	310.913
Depreciações e amortizações	(48.608)	(47.242)
Valor adicionado líquido gerado	267.090	263.671
Receitas financeiras	8.359	9.765
Valor adicionado total a distribuir	275.449	273.436
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	3.006	2.687
Benefícios	666	731
FGTS	353	232
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	60.606	61.796
Estaduais	46	20
Municipais	12	17
Despesas financeiras	92.147	86.141
Aluguéis	311	349
Dividendos propostos	20.000	23.245
	177.147	175.216
	98.302	98.220
Lucro do exercício após dividendos	275.449	273.436

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2009 antes adoção novas práticas	882.628	18.546	151.226	-	1.052.400
Ajuste adoção das novas práticas				(66.017)	(66.017)
Imposto de renda e contribuição social				19.645	19.645
Saldos em 1º de janeiro de 2009 (Ajustado)	882.628	18.546	151.226	(46.372)	1.006.028
Lucro líquido do exercício				121.464	121.464
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			6.051	(6.051)	
Reserva de retenção de lucros			69.735	(69.735)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			21.995	(21.995)	
Dividendos				(23.245)	(23.245)
Saldos em 31 de dezembro de 2009 (Ajustado)	882.628	18.546	249.007	(45.934)	1.104.247
Lucro líquido do exercício				118.302	118.302
Destinação do lucro					
Constituição de reserva legal			3.618	(3.618)	
Reserva de retenção de lucros			24.272	(24.272)	
Reserva de incentivo fiscal (ADA)			24.478	(24.478)	
Dividendos aprovados				(20.000)	(20.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	882.628	18.546	301.375	-	1.202.549

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2010	2009 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	118.302	121.464
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	(6.522)	86
Depreciações e amortizações	50.665	44.852
Apropriação dos encargos e atualizações monetárias	64.611	77.095
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	29	2.562
Despesas pagas antecipadamente	496	540
Uso do bem público	31.171	(4.892)
Licenças ambientais	2.956	
Perda na alienação de bens e direitos		22
	261.708	241.729
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	941	(10.733)
Partes relacionadas	(1.060)	(790)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(3)	16.215
Cauções e depósitos vinculados	(2.689)	(3.833)
Despesas pagas antecipadamente	(413)	(496)
Outros créditos	(1.244)	874
	(4.468)	1.237
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	(941)	(3.676)
Partes Relacionadas	858	34
Impostos e contribuições sociais correntes	1.718	(8.837)
Obrigações estimadas com pessoal	(55)	123
Outras obrigações	(17.385)	4.519
	(15.805)	(7.837)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	241.435	235.129
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e ao Intangível	(12.950)	(21.079)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		2.984
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(12.950)	(18.095)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(23.245)	(25.270)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(178.972)	(190.483)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(202.217)	(215.753)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	26.268	1.281
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	70.294	44.026
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	44.026	42.745
	26.268	1.281

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
Constituída em 2 de maio de 2001, a Enerpeixe S.A. ("Companhia" ou "Enerpeixe"), Companhia de capital fechado, tem por objetivo a exploração da Usina Hidrelétrica Peixe Angical, localizada no Rio Tocantins nos municípios de Peixe e São Salvador, Estado do Tocantins, e do Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público ANEEL nº 130/2001. A Usina tem potência instalada de 452 MW com a implantação das três turbinas, sendo que a primeira turbina entrou em operação em junho, a segunda, em julho e a terceira, em setembro de 2006, tendo como energia assegurada 271 MW. (*)
A energia elétrica produzida é comercializada pela Companhia na condição de "Produtor Independente", nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão.
O prazo de duração do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data de sua assinatura, ocorrida em 7 de novembro de 2001. (*) Não auditado.

2 Práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 16 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante os exercícios de 2009 e 2010, com aplicação a partir de 1º de janeiro de 2010 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

2.2 Demonstrações financeiras de 2009

Em 2009, as demonstrações financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do CPC, aprovados por resoluções do CFC e deliberações da CVM e emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela ANEEL. As demonstrações financeiras de 2009 da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

2.3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de janeiro de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado. Os saldos são apresentados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Concessionárias (Nota 5)

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os contratos resultantes de participação em Leilões no ambiente regulado, os valores a receber relativos à energia comercializada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e os valores do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, resultantes do despacho do Operador Nacional de Sistema - ONS por melhor gestão dos recursos hídricos.

c) Imobilizado (Nota 12)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os encargos financeiros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados sobre os ativos enquanto em construção.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar o seu ativo imobilizado ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar o ativo imobilizado pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa o seu ativo imobilizado. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, efetuou-se uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

d) Intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de softwares, desenvolvimento de projetos, faixas de servidão e o direito de concessão - Uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- Softwares: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04.
- Faixas de servidão permanente: estão registradas pelo custo de aquisição.
- Direito de concessão - Uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão e amortizado pelo prazo de contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo ou outro valor que substitua o custo menos seu valor residual) de um ativo, e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e) Licenças ambientais (Notas 13 e 19)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e

depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível. Licenças de operação são amortizadas pelo prazo de vigência da licença.

f) Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

g) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

h) Fornecedores (Nota 14)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

i) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

j) Provisões (Nota 19.1)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

k) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

l) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir das diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

m) Uso do bem público (Nota 17)

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, demonstrado ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 6%.

n) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para as concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com os contratos de suprimento.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

p) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

• As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências e Recuperação dos ativos.

q) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo financeiro, a um passivo financeiro ou instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.
- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

r) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009 na data de transição

3.1 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia - 1º de janeiro de 2009

ATIVO	Anteriormente publicado		Ajustado aos CPC
	Anteriormente publicado	Ajustes	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	42.745		42.745
Concessionárias	10.733		10.733
Impostos e contribuições sociais	16.250		16.250
Partes relacionadas	23.505		23.505
Cauções e depósitos vinculados	51.666		51.666
Despesas pagas antecipadamente	540		540
Outros créditos	5.937	(2)	5.935
	151.376	(2)	151.374
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		64.490	64.490
Cauções e depósitos vinculados	5		5
	5	64.490	64.495
Imobilizado	1.777.059	(14.938)	1.762.121
Intangível	600		139.197
	1.777.659	123.659	1.901.318
Total do ativo	1.929.040	188.147	2.117.187
PASSIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Fornecedores	10.474		10.474
Encargos de dívidas	3.583		3.583
Impostos e contribuições sociais	24.605	(2.278)	22.327
Dividendos	21.670		21.670
Partes relacionadas	1		1
Empréstimos e financiamentos	113.717		113.717
Obrigações estimadas com pessoal	419		419
Encargos regulamentares e setoriais	9.721		9.721
Uso do bem público		13.371	13.371
Outras contas a pagar	34	(2)	32
	184.224	11.090	195.314
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		47.123	47.123
Empréstimos e financiamentos	691.779		691.779
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público		176.306	176.306
	692.416	223.429	915.845
Patrimônio Líquido			
Capital social	882.628		882.628
Reservas de capital	18.546		18.546
Reservas de lucros	151.226		151.226
Prejuízos acumulados		(46.372)	(46.372)
	1.052.400	(46.372)	1.006.028
Total do passivo e patrimônio líquido	1.929.040	188.147	2.117.187

3.2 Reconciliação do balanço patrimonial da Companhia - 31 de dezembro de 2009

ATIVO	Anteriormente publicado		Ajustado aos CPC
	Anteriormente publicado	Ajustes	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	44.026		44.026
Concessionárias	11.523		11.523
Impostos e contribuições sociais	35		35
Partes relacionadas	34.238		34.238
Cauções e depósitos vinculados	55.498		55.498
Despesas pagas antecipadamente	496		496
Outros créditos	2.060	(5)	2.055
	147.876	(5)	147.871
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		62.716	62.716
Depósitos vinculados	6		6
	6	62.716	62.722
Imobilizado	1.750.295	(14.618)	1.735.677
Intangível	709	133.633	134.342
	1.751.004	119.015	1.870.019
Total do ativo	1.898.886	181.726	2.080.612
PASSIVO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Circulante			
Fornecedores	5.767		5.767
Encargos de dívidas	3.081		3.081
Impostos e contribuições sociais	15.344	(2.229)	13.115
Dividendos	20.020		20.020
Partes relacionadas	1.066		1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854		113.854
Obrigações estimadas com pessoal	542		542
Encargos regulamentares e setoriais	9.572		9.572
Uso do bem público		13.284	13.284
Outras contas a pagar	66	(5)	61
	169.312	11.050	180.362
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos		45.435	45.435
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	578.756		578.756
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público		171.175	171.175
	579.393	216.610	796.003
Patrimônio líquido			
Capital social	882.628		882.628
Reservas de capital	18.546		18.546
Reservas de lucros	249.007		249.007
Prejuízos acumulados		(45.934)	(45.934)
	1.150.181	(45.934)	1.104.247
Total do passivo e patrimônio líquido	1.898.886	181.726	2.080.612

3.3 Reconciliação da demonstração do resultado da Companhia - 31 de dezembro de 2009

RESULTADO	Anteriormente publicado		Ajustado aos CPC
	Anteriormente publicado	Ajustes	
Receita operacional líquida	326.278	-	326.278
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(7.858)		(7.858)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(26.032)		(26.032)
	(33.890)	-	(33.890)
Custo de operação			
Pessoal	(3.340)		(3.340)
Materiais e serviços de terceiros	(12.332)		(12.332)
Depreciações e amortizações	(44.564)	(4.645)	(49.209)
Outros custos de operação	(223)		(223)
	(60.459)	(4.645)	(65.104)
Custo Total	(94.349)	(4.645)	(98.994)
Lucro operacional bruto	231.929	(4.645)	227.284
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(2.320)	(45)	(2.365)
Depreciações e amortizações	(45)		45
Outras despesas operacionais	(16.744)	6.800	(9.944)
	(19.109)	6.800	(12.309)
Resultado do serviço	212.820	2.155	214.975
Receitas financeiras	9.765		9.765
Despesas financeiras	(84.559)	(1.582)	(86.141)
Resultado financeiro	(74.794)	(1.582)	(76.376)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

RESULTADO	Anteriormente publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	138.026	573	138.599
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.995)	(49)	(39.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(86)	(86)
(-) Imposto de Renda - Incentivo ADA	21.995		21.995
Lucro líquido do período	121.026	438	121.464
Lucro básico por lote de mil ações - R\$	145,25	0,52	145,77

Descrição dos principais ajustes que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

Ativo
Circulante e Não Circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos: ajuste decorrente dos impactos da adoção dos CPC's.

Outros créditos: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Imobilizado: ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

Intangível: ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (ii) reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

Passivo
Circulante e Não Circulante
Imposto de renda e contribuição social diferidos: reclassificação do saldo do curto prazo para longo prazo por conta da adoção do CPC 32.

Obrigações estimadas com pessoal: reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de 13º salário e férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

Provisões: reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirmos com as definições do CPC 25.

Uso do bem público: reconhecimento dos valores a pagar por conta dos contratos de concessão de Uso do bem público por cumprirmos com as definições de reconhecimento do CPC 38.

Patrimônio líquido
Lucros acumulados: reconhecimento dos valores referentes a ajustes de exercícios anteriores devido a aplicação do CPC 25 e CPC 27.

Resultado
Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas nos ativos das empresas de geração de energia devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da amortização do Intangível das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao Uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009
Bancos conta movimento	952	168
Aplicações financeiras - renda fixa	69.342	43.858
Total	70.294	44.026

As aplicações financeiras de curto de prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Concessionárias

	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	10.431		10.431	10.778
Energia de curto prazo	152		152	745
Total circulante	10.583	-	10.583	11.523

8 Partes relacionadas

Concessionárias	Objeto do contrato	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	2010	2009
Bandeirante	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	161,23	19.341	18.453		145.228	143.284	
	Venda de energia elétrica	23/12/2002	01/02/2006 a 31/01/2016	152,59	6.826	6.761		54.094	52.498	
Escelsa	Venda de energia elétrica	23/12/2002	23/12/2002 a 31/01/2016	158,17	9.131	9.024		72.369	70.860	
					35.298	34.238	-	-	271.691	266.642
Partes relacionadas Não circulante										
Bandeirante		1) 01/01/2007	Não existe data para liquidação do saldo			162	162			
Bandeirante		2) 01/07/2007	Não existe data para liquidação do saldo			475	475			
					-	-	637	637	-	-
Fornecedores										
CESA	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025							(4)
Energest	Serviços de consultoria ambiental					30			(301)	(222)
Evrecy	Uso do sistema de transmissão	28/10/1999	28/10/1999 a 17/07/2025			1	1		(13)	(7)
Furnas	Encargos de uso da rede					449	517	(4.320)	(4.333)	
Furnas	Serviço de operação e manutenção da usina						1.444	548	(7.237)	(6.924)
						-	1.924	1.066	(11.871)	(11.490)
						35.298	34.238	2.561	1.703	259.820

1) Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança onde ocorreu a unificação da plataforma do sistema compartilhado.

2) Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso a rede compartilhada.

Partes relacionadas
Bandeirante - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 93,4 MW médios em 2006 e 109 MW médios para o período remanescente, ao preço de R\$ 91,12/MWh, com data base de reajuste em outubro de 2002. O contrato foi aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R\$ 107,18/MWh, com data base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 23 de outubro de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 23 de outubro de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2010 é de R\$ 161,23/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 06 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/ANEEL.

Bandeirante - CEMAT - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Bandeirante Energia S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, no montante de 35,1 MW

	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2010	Saldo líquido em 31/12/2009
Concessionárias				
Energia de curto prazo	836	(836)	-	-
	836	(836)	-	-
Total não circulante	836	(836)	-	-

Os saldos do circulante na data do balanço são compostos por valores a vencer, com vencimentos em até 45 dias, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

6 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	31/12/2010	31/12/2009
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	38	35
Total	38	35
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	10.733	6.844
PIS e COFINS	2.813	2.713
ISS	23	59
PIS, COFINS e CS - sobre serviços prestados por terceiros	183	214
IRRF sobre juros s/capital próprio	3.000	3.225
Outros	86	60
Total	16.838	13.115

6.1 IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, a alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação (Nota 20.2). No exercício de 2010 foi retido o montante de R\$ 3.000.

7 Impostos e contribuições sociais diferidos

Natureza dos créditos	Ativo não circulante			
	Base de cálculo	IR	CS	Total
Diferenças temporárias - RTT				
Uso do bem público - CPC 25	198.678	49.670	17.881	67.551
Total diferenças temporárias	198.678	49.670	17.881	67.551
Total ativos diferidos	198.678	49.670	17.881	67.551
Diferenças temporárias - RTT				
Uso do bem público - CPC 25	128.668	32.167	11.580	43.747
Total diferenças temporárias	128.668	32.167	11.580	43.747
Total passivos diferidos	128.668	32.167	11.580	43.747

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2019	Total não circulante
	2.598	2.598	2.598	2.598	2.598	7.794	46.767	67.551

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2010, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2011. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais	35	35
Cauções e depósitos vinculados	58.159	55.463
Total	58.194	55.498

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia, R\$ 47.575 (2009 - R\$ 54.070), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado no item (iv) da nota 15 e das operações de energia de curto prazo na CCEE.

11 Outros créditos - Ativo e outras contas a pagar - Passivo

	Circulante	Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	4	4
Adiantamentos a fornecedores	66	433
Estoques	462	136
Serviços em curso	2.765	1.472
Outros	2	10
Total	3.299	2.055
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	48	61
Total	48	61

12 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
	31/12/2010	31/12/2009				
Imobilizado em serviço						
Geração						
Terrenos			13.023		13.023	13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%		853.908	(71.969)	781.939	787.746
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,11%		259.794	(24.092)	235.702	240.754
Máquinas e equipamentos	2,99%		744.466	(95.058)	649.408	658.921
Veículos	20,00%		1.372	(808)	564	497
Móveis e utensílios	9,98%		608	(116)	492	352
Total			1.873.171	(192.043)	1.681.128	1.701.293
Administração						
Máquinas e equipamentos	6,70%		9	(2)	7	7
Veículos	20,00%		136	(38)	98	124
Móveis e utensílios	9,99%		352	(86)	266	259
Total do Imobilizado em serviço			1.873.668	(192.169)	1.681.499	1.701.683
Imobilizado em curso						
Geração			21.914		21.914	33.714
Transmissão						280
Total do Imobilizado em curso			21.914	-	21.914	33.994
Total imobilizado			1.895.582	(192.169)	1.703.413	1.735.677

preço para R\$ 83,73/MWh, sendo novamente aditado em 17 de outubro de 2003, passando o preço para R\$ 107,18/MWh, com data base em outubro de 2003, e determinando o primeiro reajuste com programação para 07 de agosto de 2005 e, a partir de então, a cada 12 meses, no dia 07 de agosto de cada ano do período de suprimento. O preço vigente em dezembro de 2010 é de R\$ 158,17/MWh. O contrato foi homologado pela ANEEL em 06 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.848/2003-SFF/ANEEL.

As condições contratuais acima descritas não foram modificadas. Os valores com as coligadas EVRECY e CESA referem-se a operações de encargos de uso da rede elétrica, com a coligada Enertrade refere-se a de compra de energia para complemento ao suprimento físico contratado pelas concessionárias distribuidoras, quando necessário, com a coligada Energest aos serviços de consultoria ambiental e com a coligada Bandeirante ao ressarcimento de gastos com a implantação do sistema de gestão.

Furnas - Os valores referem-se, basicamente, a encargos de uso da rede, a serviço de operação e manutenção da usina. O contrato de prestação dos serviços de operação e manutenção da UHE Peixe Angical, subestação associada e linhas de transmissão, serviços de hidrologia, de planejamento energético de médio e curto prazos, de auscultação da barragem e serviços de engenharia de manutenção e de operação do sistema elétrico em conformidade com o Manual de Operação e Plano de Manutenção, que possibilitem o cumprimento do contrato de concessão, os acordos operativos, bem como os contratos de venda de energia. O prazo do contrato teve início a partir de 11 de julho de 2006 e término em 14 de fevereiro de 2011, sendo o mesmo estando em processo de renovação.

EDP - Electricidade de Portugal S.A. - Carta de fiança onde constitui fiadora e principal pagadora pelo pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações do contrato de financiamento junto ao BNDES, conforme descrito na nota 15.

9 Remuneração dos administradores

9.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício de 2010.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

9.1.1 Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2010:

	2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros		5	2	7
Remuneração fixa anual (em R\$)		81.600	1.029.550	1.111.150
Salário ou pró-labore		81.600	1.029.550	1.111.150
Valor total da remuneração, por órgão		81.600	1.029.550	1.111.150

9.1.2 Remuneração média do Conselho de Administração e Diretoria relativa ao exercício de 2010:

	2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros		5	2
Valor da maior remuneração individual (em R\$)		3.400	35.700
Valor da menor remuneração individual (em R\$)		3.400	26.250
Valor médio de remuneração individual (em R\$)		3.400	30.975

Obs: Dos 5 Conselheiros de administração da Enerpeixe, 2 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 08 de abril de 2010, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria de até R\$ 1.900, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

10 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	Não circulante
	31/12/2010	31/12/2009
Depósitos judiciais	35	35
Cauções e depósitos vinculados	58.159	55.463
Total	58.194	55.498

O saldo da conta de cauções e depósitos vinculados refere-se, basicamente, a parte das aplicações financeiras da Companhia, R\$ 47.575 (2009 -

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 Ajustado	Ingressos	Transferência para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido 31/12/2010
Imobilizado em serviço						
Terrenos	13.023					13.023
Reservatórios, barragens e adutoras	787.746		11.453	(17.184)		781.939
Edificações, obras civis e benfeitorias	240.754		417	(5.545)		235.702
Máquinas e equipamentos	658.928		12.585	(22.098)		649.415
Veículos	621		312	(271)		662
Móveis e utensílios	611		263	(87)	(29)	758
Outros						
Total do imobilizado em serviço	1.701.683	-	25.030	(45.185)	(29)	1.681.499
Imobilizado em curso	33.994	12.950	(25.030)			21.914
Total do imobilizado em curso	33.994	12.950	(25.030)	-	-	21.914
Total do imobilizado - tangível	1.735.677	12.950	-	(45.185)	(29)	1.703.413

13 Intangível

	Taxas anuais médias de amortização - %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido 31/12/2009 Ajustado
Intangível em serviço					
Geração					
Software	20%	1.275	(342)	933	138
Servidão permanente		268		268	268
Direito de concessão - Licenças ambientais	14%	2.747	(382)	2.365	
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	3%	151.423	(22.755)	128.668	133.633
		155.713	(23.479)	132.234	134.039
Administração					
Software	20%	198	(152)	46	80
		198	(152)	46	80
Total do intangível em serviço		155.911	(23.631)	132.280	134.119
Geração					223
Total do intangível em curso		-	-	-	223
Obrigações vinculadas à concessão - P&D	2%	(681)	11	(670)	
Total imobilizado intangível		155.230	(23.620)	131.610	134.342

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido 31/12/2009 Ajustado	Ingressos	Transferência intangível em serviço	Amorti- zação	Valor líquido 31/12/2010
Intangível					
Intangível em serviço					
Software	218		905	(144)	979
Servidão permanente	268				268
Direito de concessão - Licenças ambientais			2.747	(382)	2.365
Direito de concessão - Uso do bem público - UBP	133.633			(4.965)	128.668
Intangível em curso	223	681	(904)		
	134.342	681	2.748	(5.491)	132.280
Obrigações vinculadas à concessão - P&D			(681)	11	(670)
	134.342	681	2.067	(5.480)	131.610

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software, com vida útil definida, amortizada à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear. Direito de concessão - Uso do bem público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do bem público até o final do contrato de concessão, e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

15 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
15.1 Composição dos empréstimos

Moeda	31/12/2010			31/12/2009		
	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	Encargos Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante
BNDDES	1.276	56.454	230.518	1.528	56.454	286.971
Banco Itaú	389	17.220	70.316	466	17.220	87.536
Bradesco	325	14.350	58.596	388	14.350	72.947
Unibanco	260	11.480	46.877	311	11.480	58.357
Banco do Brasil	324	14.350	58.595	388	14.350	72.945
Total	2.574	113.854	464.902	3.081	113.854	578.756

O saldo de empréstimos e financiamentos decorre de apoio financeiro do BNDDES, no valor total de R\$ 670.000, aprovado nos termos da Decisão de Diretoria do BNDDES, nº 691/2003, de 10 de novembro de 2003, e contratado em 21 de maio de 2004, sendo R\$ 335.000 em operação de financiamento direto com recursos do BNDDES e R\$ 335.000 em operação de financiamento mediante repasse realizado por agentes financeiros, conforme quadro a seguir:

Subcrédito	Parcela direta		Parcela indireta				Total
	BNDDES	Itaú BBA	Banco do Brasil	Bradesco	Unibanco	Total	
"A"	26.184	7.855	6.546	6.546	5.237	26.184	52.368
"B"	235.671	70.701	58.917	58.917	47.134	235.669	471.340
"C"	7.314	2.195	1.829	1.829	1.463	7.316	14.630
"D"	65.831	19.749	16.458	16.458	13.166	65.831	131.662
	335.000	100.500	83.750	83.750	67.000	335.000	670.000

Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2009	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provi- sionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2010
Circulante						
Empréstimos e financiamentos	116.935	(113.854)	(65.118)	64.611	113.854	116.428
	116.935	(113.854)	(65.118)	64.611	113.854	116.428
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	578.756	-	-	-	(113.854)	464.902
	578.756	-	-	-	(113.854)	464.902

16 Encargos regulamentares e setoriais

	Circulante 31/12/2010	Circulante 31/12/2009
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	2.582	2.165
Pesquisa e desenvolvimento	7.017	6.205
Uso do bem público - UBP - Direito de outorga		1.135
Taxa de fiscalização - ANEEL	73	67
Total	9.672	9.572

16.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa.

A Companhia registrou o montante de R\$ 1.783 em 2010 (R\$ 1.680 em 2009), sendo a título de principal R\$ 1.318 em 2010 (R\$ 1.305 em 2009), registrado no Grupo de Dedução da Receita e R\$ 465 em 2010 (R\$ 375 em 2009) de atualização monetária, registrado no Resultado Financeiro.

17 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga concedida para exploração do potencial hidrelétrico da usina Peixe Angical, pagará ao Poder Concedente, ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão e enquanto estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato de concessão, atualizado anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo), nos meses de outubro. De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento. Este Intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente a realização do pagamento.

Os saldos do Passivo Circulante e Não Circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa líquida de desconto de 6%, referente ao Custo Médio de Capital. Segue abaixo movimentação do exercício:

	Principal	Não Circulante	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2009 - Ajustado	13.284	171.175	
Ajuste a valor presente	(4.469)		
Encargos e atualizações monetárias	12.937	18.234	
Amortizações	(12.482)		
Transferência para o circulante	6.800	(6.800)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	16.070	182.609	

18 Obrigações estimadas com pessoal

	31/12/2010	31/12/2009
Folha de pagamento	276	372
INSS e FGTS	211	170
Total	487	542

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do exercício.

19 Provisões

	31/12/2010	31/12/2009
Licenças ambientais	2.956	
Total	2.956	-
Circulante	2.076	
Não circulante	880	
	2.956	-

19.1 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não possui processos com classificação de risco provável. A Companhia possui processos de natureza trabalhista e civil em andamento cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	31/12/2010	31/12/2009
Trabalhistas	2ª	12	78
Cíveis	1ª	296	296
Administrativos		3.731	
Total		4.039	374

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social
A composição do capital social em 31 de dezembro de 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

Acionistas	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantidade de ações	% Participação	Capital social	Quantidade de ações	% Participação	Capital social
EDP						
Energias do Brasil S.A.	499.951.253	60%	529.577	499.951.253	60%	529.577
Furnas Centrais Elétricas S.A.	333.300.836	40%	353.051	333.300.836	40%	353.051
Total	833.252.089	100%	882.628	833.252.089	100%	882.628

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

20.2 Destinação do lucro

Os acionistas têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma de lei, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio.

	31/12/2010
Lucro líquido apurado no exercício	118.302
Ajuste de exercícios anteriores	(45.934)
Total	72.368
Constituição da reserva legal - 5%	3.618
Incentivo fiscal - ADA	24.478
	44.272

Destinação do lucro:

	31/12/2010
Dividendos	20.000
Constituição da reserva de retenção de lucros	24.272
Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 20.000, imputados aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos nas demonstrações dos resultados.	

20.3 Reservas

	31/12/2010	31/12/2009
20.3.1 Reservas de capital		
Reservas de capital		
Incentivos fiscais	18.546	18.546
	18.546	18.546
Reservas de lucros		
Legal	23.142	19.524
Retenção de lucros	208.704	184.432
Incentivos fiscais	69.529	45.051
Total	301.375	249.007
	319.921	267.553

A Reserva de capital é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ do exercício findo até 31 de dezembro de 2007.

20.3.2 Reservas de incentivos fiscais

	2010	2009
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	118.302	Ajustado 121.464
Doações e subvenções - incentivo ADA redução de IRPJ	24.478	21.995
Lucro líquido, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	93.824	99.469
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	(24.478)	(21.995)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	2010	2009
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.202.549	1.150.181
Reserva de lucro - incentivos fiscais - ADA	24.478	21.995
Diferença entre o resultado líquido do exercício e o resultado ajustado	(24.478)	(21.995)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	1.202.549	1.150.181
A Reserva de incentivos fiscais, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, é constituída por incentivos fiscais da Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA referente à redução da alíquota de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ. O valor dessa subvenção governamental está sendo excluído da base de cálculo dos dividendos, de acordo com o Artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07.		
20.3.3 - Reserva de retenção de lucros		
Os saldos remanescentes de lucros após dividendos são destinados à constituição de Reserva de Lucros ou Investimentos, em consonância com o Estatuto Social e as garantias estabelecidas no contrato de financiamento com o BNDES.		

23 Gastos operacionais

	2010		2009	
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas
Não gerenciáveis				
Contratos bilaterais	4.208			
Energia de curto prazo - CCEE	1.425			
Encargo de uso e conexão	29.218			
PIS/COFINS	(3.224)			
Taxa de fiscalização				878
Compensações financeiras				11.338
Total	31.627	-	-	12.216
Gerenciáveis				
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		1.614		3.323
Material		336		190
Serviços de terceiros		10.519		2.526
Depreciação e amortização		50.415		237
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			836	836
Aluguéis e arrendamentos		70		259
PIS/COFINS		(2.052)		(26)
Outras		1.502		624
Total	-	62.404	836	7.133

Os saldos de PIS/COFINS referem-se a créditos nas operações da Companhia, como CCEE, energia elétrica comprada para revenda, depreciação de máquinas e equipamentos, despesas de energia elétrica e alugueis.

24 Resultado financeiro

	2010	2009
		Ajustado
Renda de aplicações financeiras	8.061	7.297
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	216	2.418
Outras receitas financeiras	82	50
Total	8.359	9.765
Juros e multa sobre impostos	(65)	(62)
Encargos de dívidas	(64.657)	(76.188)
Variações monetárias moeda nacional	(256)	(932)
Ajustes a valor presente	4.469	(13.456)
Variações monetárias (Uso do bem público)	(31.171)	4.892
Outras (receitas) despesas financeiras	(467)	(395)
Total	(92.147)	(86.141)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009	2010	2009
		Ajustado		Ajustado
Lucro antes do IRPJ e CSLL líquido de incentivos fiscais	111.539	117.099	111.539	117.099
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(27.885)	(29.275)	(10.039)	(10.539)
Doações	(65)	(153)	(24)	(55)
Despesas indedutíveis	(6)	(5)	(2)	(2)
Pesquisa e desenvolvimento	321	214	116	46
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(209)		(75)	
Outras	7		2	
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		(63)		(23)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior		223		33
Adicional IR	24	24		
Lei Rouanet	120	547		
Despesa de IRPJ e CSLL	(27.693)	(28.488)	(10.022)	(10.540)
Alíquota efetiva	25%	24%	9%	9%

26 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

26.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

26.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos. Para a apuração de valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, esta situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados, fornecedores, empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

21 Dividendos

	Passivo	
	31/12/2010	31/12/2009
EDP - Energias do Brasil S.A.	10.200	12.012
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.800	8.008
Total	17.000	20.020

22 Receita operacional líquida

	GWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Suprimento de energia elétrica	2.597	2.166	361.796	354.205
Total fornecimento de energia elétrica	2.597	2.166	361.796	354.205
Energia de curto prazo			4.998	8.920
Serviços taxados e outros				5
Total outras receitas operacionais			4.998	8.925
			366.794	363.130
(-) Deduções da receita PEE e P&D			(3.296)	(3.263)
PIS/COFINS			(33.928)	(33.589)
Total	2.597	2.166	329.570	326.278

(*) Não auditado

	2010		2009	
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas
Não gerenciáveis				
Contratos bilaterais	4.208			
Energia de curto prazo - CCEE	1.425			
Encargo de uso e conexão	29.218			
PIS/COFINS	(3.224)			
Taxa de fiscalização				878
Compensações financeiras				11.338
Total	31.627	-	-	12.216
Gerenciáveis				
Pessoal, administradores e entidade de previdência privada		1.614		3.323
Material		336		190
Serviços de terceiros		10.519		2.526
Depreciação e amortização		50.415		237
Provisão p/créd. liq. duvidosa/perdas líquidas			836	836
Aluguéis e arrendamentos		70		259
PIS/COFINS		(2.052)		(26)
Outras		1.502		624
Total	-	62.404	836	7.133

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	70.294	44.026	70.294	44.026
Rendas a receber	10.583	11.523	10.583	11.523
Concessionárias	35.298	34.238	35.298	34.238
Cauções e depósitos vinculados	58.194	55.498	58.194	55.498
Não Circulante				
Cauções e depósitos vinculados		6		6
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	4.826	5.767	4.826	5.767
Encargos de dívidas	2.574	3.081	2.574	3.081
Partes relacionadas	1.924	1.066	1.924	1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854	113.854	113.854	113.854
Encargos regulamentares e setoriais	9.672	9.572	9.672	9.572
Uso do bem público	16.070	13.284	16.070	13.284
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	464.902	578.756	464.902	578.756
Partes relacionadas	637	637	637	637
Uso do bem público	182.609	171.175	182.609	171.175
Total	971.437	1.042.483	971.437	1.042.483

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado e instrumentos financeiros derivativos quando aplicável.

	31/12/2010			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Disponíveis para venda
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa		70.294		70.294
Concessionárias	10.583			10.583
Partes relacionadas	35.298			35.298
Cauções e depósitos vinculados	45.881	70.294	58.194	58.194
Passivos financeiros				
Fornecedores		4.826		4.826
Encargos de dívidas		2.574		2.574
Empréstimos e financiamentos		578.756		578.756
Encargos regulamentares e setoriais		9.672		9.672
Partes relacionadas		2.561		2.561
Uso do bem público		198.679		198.679
Total	-	-	-	797.068

Operação	Risco	
	Cenário (I)	Cenário (II)
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	CDI	7.838
Cauções e depósitos vinculados	CDI	22.249
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	88.601
Valor de referência		
CDI - 10,0%		10,00%
TJLP - 6,0%		6,00%

26.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	31/12/2009		Disponíveis para venda	Total
			Mantidos até o vencimento	Outros ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa		44.026				44.026
Concessionárias	11.523					11.523
Partes relacionadas	34.238					34.238
Cauções e depósitos vinculados	45.761	44.026	55.504			55.504
Passivos financeiros						
Fornecedores					5.767	5.767
Encargos de dívidas					3.081	3.081
Empréstimos e financiamentos					692.610	692.610
Encargos regulamentares e setoriais					9.572	9.572
Partes relacionadas					1.703	1.703
Uso do bem público					184.459	184.459
Total	-	-	897.192	897.192	897.192	897.192

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas, os créditos para a comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para a mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	31/12/2010	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	70.294	70.294	
Concessionárias	10.583		10.583
Partes relacionadas	35.298		35.298
Cauções e depósitos vinculados	58.194		58.194
Passivos financeiros			
Circulante			
Fornecedores	4.826	4.826	
Encargos de dívidas	2.574		2.574
Partes relacionadas	1.924		1.066
Empréstimos e financiamentos	113.854		113.854
Encargos regulamentares e setoriais	9.672		9.672
Uso do bem público	16.070		16.070
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	464.902		464.902
Partes relacionadas	637		637
Uso do bem público	182.609		182.609
Total	971.437	75.120	895.459

26.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 15, possuem como contraparte o BNDES e Agentes Financeiros (Banco do Brasil S.A., Banco Itaú S.A., Banco Bradesco S.A. e Unibanco S.A.). As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 31 de dezembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado somente à TJLP.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos à TJLP a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

26.3.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 15. Até 31 de dezembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo.

Obrigações contratuais	31/12/2010				
	Total	Vencimentos em 2011	Vencimentos de 2012 até 2014	Vencimentos de 2015 até 2016	Vencimentos acima de 2016
Empréstimos e financiamentos	75.023	5.932	17.037	11.358	40.696
	75.023	5.932	17.037	11.358	40.696
Obrigações contratuais	31/12/2009				
	Total	Vencimentos em 2010	Vencimentos de 2011 até 2013	Vencimentos de 2014 até 2015	Vencimentos acima de 2015
Empréstimos e financiamentos	67.046	4.666	14.214	9.476	38.690
	67.046	4.666	14.214	9.476	38.690

26.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de caixa e equivalentes de caixa, concessionárias, cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de

energia produzida e consumida, A partir dessa estrutura, planejamentos são produzidos buscando o funcionamento do sistema, sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir

eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são R\$ 200.000 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil.

2010
Responsabilidade civil
10.000
A Enerpeixe possui um seguro para danos materiais de até R\$ 200.000, com os seguintes sublimites: quebra de máquina - R\$ 100.000; despesas extraordinárias - R\$ 10.000; honorário de perito - R\$ 1.000; despesas de agilização - R\$ 2.000; pequenas obras de engenharia - R\$ 10.000; erros e omissões - R\$ 2.000; demolição e aumento do custo de construção - R\$ 5.000; inclusões/exclusões de bens - R\$ 2.000; recomposição de registros - R\$ 500; despesas de salvamento e contenção de sinistros - R\$ 1.000.

28 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2010 foram de R\$ 11.627 sendo R\$ 10.806, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$ 821 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES
Presidente

ALVARO JORGE GUERREIRO DE SOUSA
Conselheiro

CARLOS EMANUEL BAPTISTA ANDRADE
Conselheiro

CARLOS NADALUTTI FILHO
Conselheiro

LUIZ HENRIQUE HANNAN
Conselheiro

DIRETORIA

JULIO GALVÃO DE ARAÚJO JUNIOR
Diretor Presidente e Diretor Administrativo e Financeiro

AMAURI ALVAREZ
Diretor de Operação

FRANCISCO JOSÉ MAGDALENA
Contador - CRC 1SP259218/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Enerpeixe S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Enerpeixe S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas

normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enerpeixe S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

São Paulo, 18 de fevereiro de 2011

Rosane Palharim

Contadora CRC 1SP220280/O-9